

---

## O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA E O IMPACTO SOBRE AS CULTURAS INDÍGENAS<sup>1</sup>

---

Vanubia Sampaio dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo constitui parte de uma pesquisa de Mestrado realizada no âmbito do PPGE/UFMT. Teve como foco verificar e problematizar o processo histórico de colonização e povoamento do atual Estado de Rondônia e os impactos desse processo sobre os povos indígenas da região, com destaque as etnias Karo (Arara) e Ikolen (Gavião), habitantes da T.I Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná/RO. É possível afirmar que as frentes de expansão avançaram floresta adentro e sobre os territórios indígenas como levas de rapinagem, sem nenhum controle público, o que resultou em conflitos generalizados entre os próprios colonizadores, e estes com as populações indígenas. Neste sentido compreendemos que a atual situação das populações indígenas que ainda restam no estado é resultado de um longo período de relações de poder, submissão, exploração e resistência. Um processo que desconsiderou, negou e extinguiu diversos grupos na Amazônia.

**Palavras-chave:** Colonização. Rondônia. Povos indígenas. Conflitos. Relações assimétricas.

**Resumen:** Este artículo es parte de una investigación desarrollado en el marco del master PPGE / UFMT . Centrado en la verificación y problematizar el proceso histórico de colonización y asentamiento de la situación actual de Rondônia y el impacto este proceso en los pueblos indígenas de la región, en particular los etnias Karo ( Arara) y Ikolen ( Gavião), habitantes de TI Igarapé Lourdes município Ji-Paraná/RO . Se puede argumentar que los frentes de expansión se trasladaron hacia el interior y en los territorios indígenas como las ondas de saqueo, sin ningún tipo de control público, lo que resultó en un conflicto generalizado entre los propios colonizadores y estos bosques con los pueblos indígenas. En este sentido entendemos que la situación actual de las poblaciones indígenas que permanecen en el estado es el resultado de un largo período de relativo

---

<sup>1</sup>Este trabalho é parte da pesquisa de Mestrado em Educação concluída em 2014 no âmbito do PPGE/UFMT, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais Política e Educação Popular, sob orientação do Prof. Dr. Darci Secchi.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Rondônia e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia –GPEA/UNIR. E-mail: [vanubia.sampaio@gmail.com](mailto:vanubia.sampaio@gmail.com)



ISSN: 1982-3916

ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 | jul./dez. de 2014

poder, sumisión, explotación y resistencia. Un proceso que ignora, se niega y apagó varios grupos en la Amazonía .

**Palabras clave :** Colonización. Rondônia. Pueblos indígenas. Conflictos. Relaciones asimétricas .

### INTRODUÇÃO

Neste artigo discutimos o processo de colonização do estado de Rondônia e seus impactos sobre cultura e modo de vida das populações indígenas. De modo que o conjunto das iniciativas públicas e privadas adotadas para colonizar a região e as diferentes estratégias submetem as populações tradicionais e provocaram um efeito funesto sobre a cultura e seu modo vida.

Os escassos registros antropológicos disponíveis indicam que, naquela região, o avanço da fronteira agropecuária, mineraria e florestal ocorreu inserido em contexto de expropriação, violência e negação da possibilidade de convívio com as sociedades indígenas. Durante a década de 1970, esse processo foi particularmente intenso, atingindo a um só tempo os territórios indígenas e os seringueiros, posseiros e garimpeiros que lá desenvolviam atividades de subsistência (SOUZA & PESSÔA, 2009).

A reprodução sistemática, durante duas décadas, da mesma estratégia de colonização, evidencia que tanto as iniciativas públicas quanto os projetos privados de colonização tinham como o primeiro objetivo a 'liberação' da área e a disponibilização das terras para a implantação de um modelo agropastoril extensivo. As consequências advindas desse modelo econômico não poderiam ser outras senão a desestruturação das

---

ISSN: 1982-3916

ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 | jul./dez. de 2014



culturas indígenas, a perda dos territórios tradicionais e a inviabilização do seu modo de vida e de subsistência.

A bibliografia disponível<sup>3</sup> é bastante convergente ao evidenciar que o povoamento de Rondônia está fundado no seguinte tripé: modo de ocupação permissiva; desrespeito ao capital natural e exclusão dos povos indígenas lá estabelecidos. Apresentaremos, a seguir, uma breve retrospectiva desse processo.

#### BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

A área que corresponde ao atual estado de Rondônia foi denominada, originalmente, *Território do Guaporé*<sup>4</sup> (nome do rio que em parte do seu curso é marco divisório entre o Brasil e Bolívia) e foi desmembrada dos estados do Amazonas e Mato Grosso. A denominação atual foi atribuída em homenagem ao sertanista Marechal Cândido da Silva Rondon, conhecido como desbravador dos sertões de Mato Grosso e da Amazônia foi responsável pela construção das linhas telegráficas que ligaria a região aos demais estados brasileiros (FONSECA, 2001).

Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE (2010), Rondônia possui atualmente uma população estimada em 1.576.423 habitantes, distribuídas em 52

<sup>3</sup> Sobre o processo de ocupação, consultar, especialmente, TEIXEIRA (2001); FONSECA (2001); SILVA (1984) e OLIVEIRA (2001). Outras fontes complementares como relatos de viagem, relatórios de pesquisa, dissertações e teses são: LEONEL (1984); MINDLIN (2001); ISA (2008); KANINDÉ (2006; 2009); ISIDORO (2006); NEVES (2009); SCARAMUZZA (2009); PAULA (2008); MEIRELES (1983) e NUNES (2010).

<sup>4</sup> Território Federal do Guaporé foi criado em 1943. E em 1956 passou a designar-se Território Federal de Rondônia em homenagem ao sertanista Mal. Cândido Rondon e em 1981 houve a criação do Estado de Rondônia e sua instalação no ano de 1982 (OLIVEIRA, 2001).

(cinquenta e dois) municípios, é o terceiro estado mais populoso e o mais denso da região Norte<sup>5</sup>.

A população rondoniense é uma das mais diversificadas do Brasil, composta de migrantes oriundos de todas as regiões do país, dentre os quais se destacam os nordestinos, paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, capixabas, cearenses, baianos além de amazonenses e acreanos que preservam ainda fortes traços amazônicos, próprios daquelas populações nativas.

Os registros de Teixeira (2001); Fonseca (2001); Silva (1984); Oliveira, (2001); Bassegio e Perdigão (1992) evidenciam que a história do povoamento da região teve início com as missões jesuíticas ao longo do Rio Madeira e com as descobertas de ouro nos afluentes do Rio Guaporé a partir de 1732. Seguiu-se, então, a fundação da Capitania de Mato Grosso em 1748, que abrangia a maior parte das terras que hoje compõem o Estado de Rondônia.

O processo de ocupação do antigo território do Guaporé, atual Estado de Rondônia, teve início no período colonial, a partir do século XVII. Naquela época, Portugal e Espanha empenhava-se na ocupação da região centro-oeste através de inúmeras expedições destinadas a marcar os limites territoriais, tendo assim, contatos ocasionais com os índios. Porém, devido às dificuldades de acesso, grande parte dessa região ainda permaneceu desconhecida por muito tempo (TEIXEIRA, 2001; FONSECA 2001).

<sup>5</sup> Conforme o Decreto Lei 356/68, os atuais estados de Rondônia, Amazonas, Acre e Roraima constituem a denominada Amazônia Ocidental, cuja área corresponde a 25,7% do território brasileiro (SUFRAMA, 2013).

Ainda no século XVII, os colonizadores portugueses estiveram na região buscando riquezas minerais e estabeleceram uma nova rota de comércio. Segundo os autores, os jesuítas espanhóis também chegaram à mesma época, com o intuito de instalar as primeiras missões religiosas (Idem., 2001).

As ocupações mais exitosas aconteceram, principalmente, ao longo dos rios navegáveis (Guaporé, Mamoré e Madeira)<sup>6</sup>. Os colonizadores evitavam adentrar por seus afluentes e pelos rios encachoeirados, uma vez que eram perigosos para a navegação e para a segurança da expedição.

Apesar da grande relutância e até mesmo hostilidade dos índios, a presença de missionários começou a se estabelecer na região na primeira década de 1700. As missões jesuítas foram enviadas ao vale do Guaporé, depois ao Mamoré e à foz do rio Machado (também conhecido como Ji-Paraná).

Segundo Leonel (1995 apud LIMA, 2010, p. 43), alguns historiadores afirmaram que a primeira expedição pelo leito do rio Madeira ocorreu no ano de 1723; outros, disseram que aconteceu em 1725. Não obstante a divergência de datas, todos noticiam a presença de índios “hostis” que viviam na região. O ataque desses índios atemorizava vilas, dificultava o comércio e trazia obstáculos para a comunicação fluvial estabelecida entre os portos de Belém do Pará e Vila Bela de Mato Grosso. “Todas as tentativas de

<sup>6</sup> Os três vales são componentes da Bacia Amazônica brasileira e são considerados os principais rios pelo expressivo volume de água e por sua importância na constituição do estado de Rondônia.

estabelecer povoamentos ao longo desse percurso teriam fracassado devido à resistência dos índios”.

Pelos relatos dos missionários podem-se identificar alguns fatores que explicaram o fracasso das tentativas de colonização da região até o início do século XVIII. Segundo Leonel (1995 apud LIMA, 2010, p. 47) destaca-se “os obstáculos naturais, especialmente os rios encachoeirados, e a grande resistência dos índios contra qualquer iniciativa de contato mais duradouro”.

Os contatos mais permanentes com a população indígena local viriam a se fortalecer apenas no final do século XIX com uma nova fase de exploração econômica: a produção de borracha na calha de diversos rios da região. O contato indiscriminado dos povos indígenas com essa frente de ocupação da Amazônia “produziram resultados adversos, como as “correrias” que resultaram na desagregação tribal e na implantação de um regime de semiescravidão” (RIBEIRO, 1995) citado por Neves (2009, p. 121).

De acordo com os autores citados, a sucessão das fases de desenvolvimento da região até meados do século XX pode ser assim sintetizada: a) Descoberta de ouro na região do rio Corumbiara, no século XVIII; b) Conquista e o povoamento dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira no período de 1669 a 1799; c) A construção e povoamento do Real Forte Príncipe da Beira, no período de 1776 a 1783; d) O primeiro e o segundo ciclos da borracha (extração de látex) no período de 1879 a 1945; e) A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (um acordo entre o governo Boliviano e Brasileiro) no período de 1907 a 1912; f) A comissão Rondon e a linha telegráfica - que atravessou os estados de Mato Grosso e Rondônia (será objeto de maior aprofundamento adiante); g)

Abertura da BR-364; h) A colonização dirigida na Amazônia nas décadas 70 e 80: a ocupação de terra ao longo da BR-364.

Mas foi com a abertura da rodovia atual BR-364, na década de 60, que se iniciou a verdadeira exploração e colonização no então Território Federal de Rondônia, principalmente a ocupação da terra ao longo do traçado da rodovia, executado pelos projetos de colonização oficiais e não oficiais.

É sobre essas contradições que trataremos nos tópicos a seguir.

#### OS CICLOS DA BORRACHA E A MÃO DE OBRA INDÍGENA NA REGIÃO DE RONDÔNIA

A partir da década de 1870, deu-se início à exploração da borracha na Amazônia e, com ela, o surgimento de uma nova frente de expansão com o surgimento de novas áreas de extrativismo. Esse período foi chamado de 1ª Ciclo da Borracha e durou até a segunda década do século XX. O auge do desabastecimento dos seringais ocorreu entre 1890 a 1915 (REIS, 1997, p. 77).

Essa atividade extrativista tirou a Amazônia da letargia econômica em que havia caído no final do século XVIII. Em busca de novas áreas de seringais nativos, grupos de seringueiros passaram a penetrar regiões ainda não colonizadas do Madeira Mamoré e Guaporé. A força de trabalho indígena continuou, durante esse período, a participar significativamente da economia amazônica, seja “no extrativismo, nas atividades de transporte ou na lavoura, os dirigentes exploravam cruelmente o trabalho desses índios. Eram ainda os nativos vendidos ou trocados dentro da região”. Registros mostram

também casos de contrabando de indígenas que eram objetos de escambo. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 27).

A exploração do látex oportunizou trabalho a inúmeros migrantes, trazidos para a região pela instalação das linhas telegráficas de Rondon (1907-1915) e pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré<sup>7</sup>, entre os anos de 1907 e 1912. (OLIVEIRA, 2001). A construção da ferrovia consolidou as cidades de Porto Velho (atual capital do estado) e Guajará-Mirim, na divisa com a Bolívia. Porém, quando foi inaugurada a EFMM, em 1912, o preço do látex no mercado internacional já entrava em declínio e a ferrovia deixou de ter importância estratégica. (REIS, 1997, p. 77).

Durante as décadas de 1920 e 1930, a borracha amazônica perdeu preço devido à “concorrência da produção da Malásia, finalizando assim o primeiro ciclo da borracha ocasionando a desvalorização dos látex e o abandono dos seringais em todos os vales amazônicos. Os seringais caíram no abandono a Amazônia mergulhou num profundo estado de decadência”. (OLIVEIRA, 2001, p.41). Os seringueiros abandonavam as suas colocações, que eram as áreas do seringal onde a borracha era produzida, e iam à busca de outras atividades que lhes permitissem a sobrevivência. Essa situação perduraria até o início dos anos de 1940.

<sup>7</sup> A ideia da ferrovia nasceu na Bolívia, em 1846, quando o engenheiro boliviano José Augustin Palácios convenceu as autoridades locais de que a melhor saída de seu país para o oceano Atlântico seria pela bacia Amazônica. O objetivo principal era vencer o trecho encachoeirado do rio Madeira, para facilitar o escoamento da borracha boliviana e brasileira, além de outras mercadorias, até um ponto onde pudesse ser embarcada para exportação, no caso Porto Velho, de onde as mercadorias seguiam por via fluvial, pelo mesmo rio madeira, e então, pelo rio Amazonas até o oceano Atlântico (PAES, 2001).

O segundo ciclo da borracha, juntamente com a exploração da cassiterita, deu-se a partir de 1939 e ocasionou a duplicação da população no então Território de Rondônia, criado no ano 1943. Esse segundo ciclo ocorreu no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Como os países aliados não tiveram mais acesso à borracha asiática, devido à invasão das tropas japonesas nos seringais da Malásia, os norte-americanos ficaram desprovidos dessa matéria-prima estratégica para a indústria bélica. A partir de 1941, a borracha da Amazônia era a única alternativa de abastecimento dos Estados Unidos.

Neste período vários órgãos de fomento foram criados com a finalidade de captação de mão de obra, transporte, financiamento etc. O governo federal passou a recrutar trabalhadores nordestinos para ocuparem os seringais - denominados “soldados da borracha”- em analogia aos demais soldados que partiram, efetivamente, para os campos de batalha. (OLIVEIRA, 2001). Além dos ‘soldados’, a região passou a acolher grande contingente de migrantes expulsos pelas fortes secas que assolavam o nordeste brasileiro.

Segundo Bassegio (1992), os nordestinos foram atraídos para os seringais de Rondônia, da mesma forma que os sulistas e os outros nordestinos foram atraídos pela propaganda governamental para os projetos de colonização. Ambas as situações se explicam pela demanda de mão de obra, assim:

Em todas as regiões do Brasil, aliciadores tratavam de convencer trabalhadores a se alistar como soldados da borracha para auxiliar na vitória aliada. Dizia-se que “na Amazônia se junta dinheiro com rodo”. Os velhos mitos do eldorado amazônico voltavam a ganhar

*força no imaginário popular, agora considerado o paraíso verde, a terra da fartura, onde a seca não tinha vez.* (BASSEGIO; PERDIGÃO, 1992, p. 49) (Grifo meu).

Entretanto essa evidente contradição no quadro social, nos dois ciclos da borracha, devia-se ao sistema de exploração, que consumiu a vida de milhares de homens e mulheres. “Nos seringais esses homens valiam menos que os escravos. Na outra extremidade, os seringalistas e grandes comerciantes usufruíam da riqueza fácil proporcionada pela borracha” (Op.cit., p. 79).

A mão de obra indígena foi utilizada, largamente, nos seringais e na construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Os indígenas eram indispensáveis nas atividades realizadas no interior e às margens dos rios. “Esses indígenas se encarregavam de todo o trabalho braçal, carregar as mercadorias e arrastar as embarcações por terra, para contornar os acidentes do rio; levantar os acampamentos, cozinhar e servir as refeições”. (REIS, 1999, p. 77).

Nas décadas de 1950 com a descoberta de pedras e metais preciosos e a abertura da rodovia BR 364, na década de 60/70 fizeram com que os territórios indígenas fossem ocupados também por garimpeiros e posseiros, o que agravaram ainda mais os conflitos e resultou em massacres e desocupação das suas áreas tradicionais.

Naquele contexto, a exploração madeireira também passou a despertar interesse, uma vez que se tornou viável a sua retirada em grande escala, quer pelos rios da Amazônia, quer pelo eixo da rodovia BR 364.

Esse conjunto de fatores tornou-se um convite para uma nova tentativa de colonização de Rondônia, e com ela, os conflitos e com as sociedades indígenas.

#### **A LINHA TELEGRÁFICA E A BR 364: UM ENCONTRO COM OS INDÍGENAS DA REGIÃO.**

Uma das preocupações do governo brasileiro por volta de 1907 foi promover a integração do Norte ao restante do país, através da porção ocidental. A Comissão Rondon foi fundamental para a formação do Território Federal do Guaporé, com a implantação das linhas telegráficas entre os anos de 1907 e 1915.

No ano de 1907, Mal. Cândido Rondon foi designado oficial do corpo de engenharia militar encarregado de comandar a abertura e instalação de linhas telegráficas para integrar o Sul ao Norte país. Pretendia-se tirar do isolamento as regiões do extremo Oeste e Norte do país e "romper os grandes "vazios" do Brasil, incorporando-os à civilização" (FONSECA; TEIXEIRA, 2001, p. 129).

Paralelamente à construção de ferrovias, o telegrafo deveria assegurar o estabelecimento de núcleos de povoamento, garantindo a segurança das fronteiras e procedia-se a uma política que possibilitaria, ao longo do tempo, a integração dos indígenas considerados arredios e de difícil contato a sociedade brasileira tornando-os "civilizados e úteis". (OLIVEIRA, 2001, p. 147-148).

A descrição dos primeiros contatos com os índios em território pertencente aos atuais estados de Mato Grosso e Rondônia foi realizada por Roquette-Pinto, um médico e etnólogo renomado, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Coube-lhe a missão de

acompanhar e registrar os principais eventos da expedição de Rondon na implantação das linhas telegráficas.

A exemplo do que faria mais tarde e de forma não menos brilhante o etnólogo francês Claude Lévi-Strauss (STRAUSS, 1975), Roquette-Pinto, descreve o contato com os índios Nhambikwara<sup>8</sup> grupos situados na região limítrofe entre Mato Grosso e Rondônia.

Segundo Teixeira e Fonseca (2001), a Comissão Rondon, atribuía-se também as funções de exploração etnológica e antropológica. Em seu avanço sobre os sertões do Oeste, *pacificou* várias tribos. Na medida em que desenvolvia o trabalho de implantação das linhas telegráficas ia estabelecendo contatos com os indígenas da região. Dentre as populações contactadas por Rondon durante a abertura da linha telegráfica destacam-se os Paresi, Nhambikwara e Arikeme, sendo que esta última etnia pertencia ao tronco linguístico tupi, toda a sua população foi extinta após os contatos com a sociedade envolvente, restando apenas seu nome na história do município de Ariquemes.

A comissão Rondon ao longo da abertura das linhas telegráficas, utilizou-se, simultaneamente, de técnicas militares e antropológicas para contato com as etnias. Escolhia um grupo de trabalhadores que conheciam bem a floresta, composto por guias e intérpretes oriundos de etnias vizinhas. Acampavam próximos às aldeias, normalmente perto de cursos d'água e em local bem protegido. Faziam plantações nos acampamentos

<sup>8</sup> De origem Tupi, conhecidos como "orelha furada", os Nambikwara vivem hoje em pequenas aldeias, nas cabeceiras dos rios Juruena, Guaporé e Sararé. O povo Sabanê é um dos três subgrupos Nambikwara existentes na região. Estão localizados as margens da rodovia BR 364 que liga os Estados do Mato Grosso e Rondônia, próximo à cidade de Vilhena. Quando da passagem da Comissão Rondon pelo interior de Mato Grosso, esses índios eram referidos como "Cabixis". Posteriormente foram designados "Nambikwara" termo pelo qual são conhecidos até hoje. (KANINDÉ, 2006).

para assegurarem sua subsistência. Circundavam o acampamento e colocavam presentes para os índios num raio de um quilômetro, iniciando, assim, os primeiros contatos com esses povos (LEONEL, 1995, p 23).

Além dessa, Rondon utilizou outras técnicas nem tão ‘pacíficas’ quanto às descritas nos seus apontamentos e nos relatos de viajantes e cronistas. A ideia idealizada que Rondon pacificou “treze povos hostis aos brancos, entrou em contacto com dezenas de outros grupos (...) sem que tenha ocorrido uma só morte entre os indígenas” (LIMA, 2010), é uma imagem criticada, veementemente, por Alcida Ramos (1995). A autora, ao analisar a ação de Rondon, traz à tona a realidade desse processo de contato, tirando-lhe “a roupagem do romantismo”, que por muito tempo foi incorporada nos relatos de viajantes e historiadores.

Segundo Meireles (1993 apud NEVES, 2009, p. 119), são profundas as modificações que traduziram consequências negativas durante décadas na região, nas quais são:

Traduzidas em violações linguísticas – a proibição de se comunicar em suas línguas maternas (BRASIL, RCNEI 1998); a desagregação tribal – potencializada pela dispersão, expulsão de suas terras, perseguições constantes no tempo das correrias; o regime de semiescravidão nos seringais, as epidemias de gripe que levavam à morte sociedades indígenas inteiras, além de outras doenças, que representaram uma verdadeira guerra biológica (RIBEIRO, 1995 apud NEVES, 2009, p. 119).

Neves (2009, p. 171) ao abordar a relação de Rondon com os índios, evidencia que embora haja, de fato, uma polêmica a respeito da relação de Rondon com os povos indígenas, há quem “reconheça o seu trabalho como sertanista” (RIBEIRO, 1987; 1995 apud NEVES, 2009, p. 171), e “há também quem avalie que sua verdadeira missão era apenas expandir a ação estatal e não proteger os índios” (LIMA, 1992 apud NEVES, 2009). A esse respeito (RODRIGUES, 2009, p. 8 apud NEVES, 2009, p. 171), sugere que: “[...] de fato a ação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI foi o de atuar como braço estatal a serviço da expansão capitalista, liberando territórios para posterior ocupação, em nome do chamado desenvolvimento”.

Como sabemos pela história, ao final da implantação das linhas telegráficas, em 1915, aquele meio de comunicação já se encontrava totalmente obsoleto. A construção de uma rodovia, no seu traçado, passou a estimular de modo decisivo no processo de colonização de Rondônia a partir da década de 1960, ocasionando lutas violentas pela terra e, principalmente, estabelecendo grande pressão sobre as áreas indígenas. A construção da rodovia começou a se tornar realidade em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em 1966 completou a ligação entre Cuiabá e Porto Velho.

As margens do seu traçado já existiam alguns povoados como Vila de Rondônia (hoje Ji-Paraná), Jaru, Ariquemes e Pimenta Bueno, fundada por frentes de ocupação anteriores. A partir dela, o povoamento de Rondônia e dos estados vizinhos, seria incrementado, uma vez que viabilizou o movimento migratório e a colonização, especialmente a partir da década de 1970.



Segundo Barroso (2010, p. 44):

[...] o fluxo migratório da década 1970 possui características diferentes dos anteriores. Até esse período, os fluxos migratórios ocorreram em função da busca de riquezas naturais, portanto os migrantes eram extratores, seringueiros e mineradores. A partir desse momento, a migração ocorreu em torno da busca de terras para a agricultura, o acesso a terras.

Nessa década ampliaram-se também os processos de grilagem, invasão de terras da União e os conflitos com a população indígena, seringueiros e ocupantes de pequenas posses. Ainda assim, o governo federal, com o argumento de “integrar para não entregar” resolveu promover a colonização do então Território Federal de Rondônia. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA coordenou a implantação de grandes projetos de colonização. Para legitimar a iniciativa e atrair a população do centro-sul do país, foi deflagrada uma campanha publicitária com o slogan “Rondônia, um novo Eldorado”, o que gerou um considerável fluxo migratório e ofuscou os conflitos locais. (OLIVEIRA, 2001, p. 102-104). Tal campanha, que prometia terra, fartura, progresso e trabalho, foi lastreada pela ideologia da segurança nacional, levada a efeito pelos governos militares (NUNES, 2010, p. 4).

Ao analisar o processo de ocupação da região e as propagandas do Governo direcionadas a incentivar os migrantes para Rondônia, Neves (2009, p.66) ressalta que foi:

Evidente a flutuação da concepção de migrante no discurso político local: ora se é convidado para vir e participar do desenvolvimento do Estado de Rondônia [...] assim, preencher o suposto vazio

demográfico existente – discurso que ignorava a existência dos povos da floresta que há muito habitavam a região: indígenas, extrativistas, ribeirinhos e quilombolas, além de resolver o problema de excesso de contingente no sul [...].

Dentre as várias consequências desse afluxo desordenado sobre os territórios indígenas, destacam-se o desaparecimento de diversos povos, a redução populacional e dos territórios tradicionais, a desagregação cultural e o confinamento em pequenas áreas demarcadas, muitas delas, invadidas. Da parte dos indígenas, essa nova realidade ensejou novas estratégias de luta e de resistência, como a sua organização em associações e a formação de parcerias e alianças em defesa dos seus interesses, especialmente dos territórios. Um exemplo desse repensar coletivo ocorrem em 1984, entre os povos Surui, Gavião, Arara, Zoró e Cinta-Larga e resultou na definição conjunta de uma agenda de lutas desses povos. “Isto prova que o índio de Rondônia não é somente vítima, mas elemento transformador da própria realidade”. (BASSEGIO; PERDIGÃO, 1992, p. 42).

### OS ÍNDIOS, O POVOAMENTO E A COLONIZAÇÃO.

O processo de colonização em Rondônia foi implantado por duas maneiras complementares, porém com estratégias distintas. A colonização *dirigida* coordenada e controlada pelos órgãos oficiais federais e estaduais caracterizou-se como um processo moroso, ineficiente e viciado, influenciado por diferentes forças políticas e interesses econômicos. A colonização *espontânea*, realizada por iniciativa popular, resulta das



demandas reprimidas em outras regiões. Ocupou as áreas tidas como ‘disponíveis’ e estabeleceu suas próprias diretrizes e formas administrar os mais diferentes interesses.

Segundo Perdigão e Bassegio (1992, p. 76-77), em 1964 duas colonizadoras privadas conhecidas como *Calama S/A* (em Ji-Paraná) e *Itaporanga S/A* (em Espigão do Oeste) iniciaram os projetos de colonização, que gerou muitos “conflitos porque a área que ambas ocuparam era bem superior ao que realmente lhes pertencia, invadindo seringais e terras indígenas”. Tais projetos reduziram os espaços indígenas e resultaram direta e indiretamente na dizimação de diversos povos.

Para os autores, o processo de distribuição de terras em Rondônia, protagonizado pelas empresas citadas e por outras como a Guaporé Agroindustrial S/A, GAINSA e Ramon Chaves, se desencadeou de maneira anárquica e ilegal, através de colonizações de má fé e de grilagem. (Op.cit. p. 77).

Inicialmente, a ocupação da terra ocorreu por iniciativa de particulares que loteavam e vendiam os módulos aos migrantes. Contudo, a propriedade dessas terras era duvidosa, o que provocou inúmeros conflitos agrários. Com o passar do tempo, os migrantes decidiram invadir as terras disponíveis, o que levou o INCRA a intervir e criar Projetos de Colonização (OLIVEIRA, 2001).

Os primeiros projetos implantados pelo INCRA, entre os anos de 1970 e 1990, foram o Projeto Integrado de Colonização – PIC são eles, mais relevantes: PIC- Ouro Preto; Gy-Paraná; Sidney Girão, Vilhena e Burareiro e o Projeto de Assentamento Dirigido - PAD. Os migrantes chegavam aos projetos confiantes de sua operacionalidade, porém o INCRA

não conseguiu efetuar os assentamentos conforme o prometido. (FONSECA; TEIXEIRA, 2001, p.175).

A distribuição de terras foi realizada nos “moldes das capitanias hereditárias e sesmarias segundo Bassegio e Perdigão (1992, p. 38), no início do século, ou seja, foram realizadas sem a discussão, a participação e o consentimento dos povos indígenas, que eram os verdadeiros proprietários do espaço geográfico”.

A presença dos índios nas terras passou a ser vista como um obstáculo à política desenvolvimentista de integração nacional, principal meta do governo federal. Por isso, foram submetidos a um agressivo plano de ‘pacificação’, atração, concentração demográfica e redução territorial.

Como se vê, o desenvolvimento de Rondônia tem levado as sociedades indígenas a pagarem um preço altíssimo por conta da política de retalhamento do solo, dos projetos de colonização oficiais e não oficiais. Não houve planejamento humano, social ou ambiental; ignorou as características de fauna e flora e desconsiderou a presença das populações indígenas, rurais e ribeirinhas que viviam de forma sustentável com a floresta. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Não obstante tamanhas atrocidades, diversos povos ainda persistem em seus propósitos e em seu modo de vida. Como que ‘renascidos das cinzas’, existem diversos indicadores que apontam um processo de etnogênese, isso é, de ressurgimento do pertencimento étnico e cultural. Nesse sentido, Neves (2009, p. 79) faz uma observação muito interessante ao afirmar que, em decorrência dos conflitos ao longo dos anos, “há

vestígios de que etnias indígenas estejam extintas apenas aparentemente, como é o caso da etnia Urupá, que habitaram a região de Ji-Paraná”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração todo o contexto em que ocorreu o processo de ocupação e conflitos, verificamos que o fato histórico da escravização de índios ocorreu também com os grupos Arara e Gavião de Rondônia. Os Arara e Gavião são dois povos indígenas distintos que, tradicionalmente, ocupavam uma vasta região ao longo do rio Machado em Rondônia e do rio Branco em Mato Grosso. (LÉVI-STRAUSS, 1996, *apud* NEVES, 2009, p. 76). Atualmente, compartilham a Terra Indígena Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná, Rondônia. Juntos, somam, aproximadamente, 900 pessoas (IBGE, 2010).

Percebeu-se também que a lógica que imperou na região foi a lógica da recusa do diálogo, do convívio, da existência do “outro”. A prática da rapinagem, da usurpação da imposição cultural, resultou em uma situação tão crítica que chegou à extinção destes povos.

Ou, nas palavras de Oliveira (1993, p. 103):

[...] todo o processo de ocupação da Amazônia tem representado uma usurpação dos territórios das nações indígenas, e este processo não foi realizado sem intencionalidade, ao contrário, era e é a estratégia geopolítica do confisco sumário pela força desses territórios e o enquadramento e redefinição das terras indígenas,

agora na visão e no conceito capitalista das reservas e parques indígenas.

Sujeitas a essas dinâmicas, as sociedades indígenas tiveram que reinventar suas estratégias de subsistência física e cultural, por meio da incorporação de novos hábitos, valores, língua, modo de vida. De outra parte, alteraram também suas relações com os demais povos indígenas por meio de alianças, parcerias e organizações representativas dos seus interesses.

Atualmente, as relações dos Ikolen e Karo com os demais povos indígenas caracterizam-se por novas formas de articulação e organização, como é o caso da Organização das Associações Indígenas de Ji-Paraná – Panderej (KANINDÉ, 2006).

Verifica-se que apesar de todo o histórico de violência e de espoliação, os índios remanescentes continuam resistindo e lutando em prol dos seus direitos específicos da manutenção de suas culturas.

Os Arara e Gavião de Rondônia produziram novos modos de sobrevivência e lhes atribuíram novos significados. As culturas indígenas não se perderam nem, simplesmente, se fundiram, mas assumiram contornos que procuram atender às demandas próprias da contemporaneidade.

A escola indígena pode se transformar numa excelente ferramenta para lidar com os novos desafios do presente e do futuro.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. FUNAI. Decreto nº. 88.609 em 1983. **Homologação da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Brasília, 1983.**
- FONSECA, Dante R.; TEIXEIRA, Marco A. D. **História regional (Rondônia)**. 2.ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.
- GABAS JÚNIOR, Nilson; ARARA, Rute et al. **História dos Arara no tempo do contato com os brancos: May yamat kana'xet peg xawero ma'i kanay 'mam**. Belém: MPEG, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat>> Acesso em: 25 de Jul. 2013.
- KANINDÉ, Associação de Defesa Etnoambiental, **Diagnóstico etnoambiental e participativo e Plano de Gestão da Terra Indígena Igarapé Lourdes**. Rondônia, 2006.
- LEONEL, Mauro de M.. **Relatório de avaliação da situação dos Gavião (Digüt) – P.I. Lourdes**. São Paulo: FIPE/USP, 1983.
- LIMA, Fabiana. **“O pessoal aqui é danado na copaíba”: uma experiência etnográfica com os índios Gavião (Ikolen) de Rondônia**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais. Universidade De Brasília – UnB, Brasília, 2010.
- MARTINELLO, Pedro A.. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. Rio Branco: Editora UFAC, 1988.
- MINDLIN, Betty. **Couro dos espíritos**. São Paulo: Editora SENAC/ Terceiro Nome, 2001.

- MOORE, Denny. **Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes da Oitava Delegacia Regional, segundo diretrizes de levantamentos de dos para elaboração de projetos**. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 1978.
- MEIRELES, D. M. **Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia**. Cuiabá. 1983. 223 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 1983.
- NEVES, Josélia G.. **Cultura escrita em contexto indígena**. 2009. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara– SP, 2009.
- NUNES, Dorisvalder D. **Rondônia: ocupação e ambiente**. Disponível em <<http://www.revistapresenca.unir.br/boletimresen%C3%A7a/07dorisvalderdiasnunesrondoniaocupacaoeambiente.pdf>> Acesso em: 14 de Jun. 2013.
- OLIVEIRA de U. A. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Série educar aprendendo. São Paulo: Editora Papirus. 1993.
- OLIVEIRA, Ovídio A. **História de desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. 1 ed. Porto Velho: Geográfica, 2001.
- PAULA, Jânia M. **KARO e IKÓLÓÉHJ: escola e seus modos de vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia): Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR, Porto Velho. 2008.
- PERDIGÃO, F; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos- Rondônia: trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

REIS, Arthur C. F. **Seringal e o seringueiro** – 2ª Edição. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 77.

RONDÔNIA. Governo do Estado. **Institui o Projeto Açaí**. Decreto N.º 8516, de 15/10/1998. Porto Velho, 1998.

SOUZA, Murilo M; PESSÔA, Vera L. S. **A contra- reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência**. Anais do V encontro de grupo de pesquisa. Disponível em <[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca\\_NEAT-UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf)> Acesso em: 26 de Maio. 2013.

SILVA, Amizael. G. da. **No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho: SEDUC, 1984.

(Recebido em junho e aprovado em novembro de 2014)